

Radiografia das contas

• São Paulo pagou este mês R\$ 640 milhões ao Governo federal dentro do acordo de renegociação de dívidas. Os estados e municípios não estouraram suas contas e terminaram 97 com equilíbrio orçamentário. Não houve qualquer deterioração das contas públicas desde outubro, quando estourou a crise asiática. As afirmações são do secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, respondendo às preocupações com o problema fiscal.

No mercado, a grande preocupação hoje é com o déficit fiscal. Mais do que o déficit em transações correntes, o desajuste nos gastos do Governo é que tira o sono de quem acompanha os indicadores da economia brasileira. Pedro Parente, que dentro da Fazenda negocia com os estados, acompanha as despesas e entra nas miudezas das contas, afirma que nada autoriza a idéia de que houve expansão não apropriada dos gastos.

Primeiro, ele explica que há um problema de método de contagem que às vezes produz números que assustam. Em outubro por exemplo a contabilidade do Banco Central (o BC tem seu próprio método de cálculo do déficit, pelo aumento do endividamento), registrou um aumento súbito de R\$ 1 bilhão no déficit. Era o subsídio agrícola — juros subsidiados concedidos aos agricultores — de novembro de 95 a outubro de 97.

— O gasto ocorreu ao longo de dois anos, mas foi capturado nas estatísticas de um mês. Parece um aumento súbito de gasto, mas não é. Outros R\$ 500 milhões de emissão de Títulos da Dívida Agrária entraram naquele mesmo mês. Os TDAs são emitidos de tempos em tempos, mas entram nos cálculos no momento da emissão — explica Pedro Parente.

Apesar de as estatísticas mostrarem piora dos dados, Parente acha que há bons sinais como o fato de que os estados e municípios não tiveram déficit primário. Os dados do Banco Central, ainda não fechados, estão oscilando entre -0,1% do PIB e +0,1% para o dé-

ficit dos estados e municípios. Além disso, como resultado do acordo negociado com os governadores eles passaram a pagar prestações mensais ao Governo federal e só este mês São Paulo transferiu R\$ 640 milhões.

O resultado ruim desta negociação é que ela produziu um aumento estúpido na dívida federal mais cara, a mobiliária. Parente não aceita este argumento.

— Esta dívida já existia. Os estados já tinham esta dívida, agora passam a dever ao Governo federal que emitiu os títulos — afirmou.

O que ele concorda é que o grande problema hoje das contas públicas é a Previdência.

— Isto é um capítulo à parte que nos preocupa e muito — disse.

Em época de votação da reforma no Congresso pode parecer campanha, mas não é. O PT tem dito que o déficit foi provocado pelo próprio Governo porque retira dinheiro da Previdência para o Fundo Social de Emergência. Parente explica que de fato, 20% de todas as receitas vinculadas são usadas para constituir o FSE. Só que no caso da Previdência, o dinheiro retorna. No ano passado, o Tesouro transferiu para a Previdência R\$ 7,9 bilhões, mas se for descontado o dinheiro que foi para o FSE, o rombo é reduzido e cai para R\$ 3,7 bilhões.

Com o aumento do salário-mínimo, o rombo vai aumentar em 98. Se o salário-mínimo ficar em R\$ 125,00, o rombo vai para R\$ 5,5 bilhões. Se for para R\$ 130, o buraco atinge R\$ 6,8 bilhões.

87/09/06/02/98